

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Processo TC nº 10.832/13

RELATÓRIO

Trata o presente processo do exame de legalidade procedimento licitatório nº 005/2013, na modalidade Tomada de Preços, realizado pela Prefeitura Municipal de **Barra de Santa Rosa/PB**, objetivando a prestação de serviços de assessoria administrativa, atuariais e financeira e aplicação de recursos para atender as necessidades do Fundo de Aposentadorias e Pensões do Município.

O valor total foi da ordem de R\$ 15.996,00, tendo sido licitante vencedora a empresa ARIMA CONSULTORIA ATUARIAL, FINANCEIRA E MERCADOLÓGICA LTDA.

Do exame da documentação pertinente, a Unidade Técnica emitiu relatório concluindo que foram observados os requisitos legais e normativos aplicáveis ao procedimento, verificando-se que os preços contratados se encontravam compatíveis com os praticados no mercado, razão pela qual não foi o processo previamente examinado pelo Ministério Público Especial.

É o relatório.

PROPOSTA DE DECISÃO

Considerando as conclusões a que chegou a equipe técnica, bem assim o parecer oferecido pelo Ministério Público Especial, proponho que os Srs. Conselheiros membros da *I*^a *Câmara* do Egrégio **Tribunal de Contas do Estado da Paraíba:**

- I) JULGUEM REGULAR a Licitação sob exame;
- II) DETERMINEM o arquivamento dos autos.

É a proposta!

Antônio Gomes Vieira Filho
Auditor Relator



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

1ª CÂMARA

Processo TC nº 10.832/13

Objeto: Licitação

Órgão: Prefeitura Municipal de Barra de Santa Rosa Gestor Responsável: Fabian Dutra Silva - Prefeito

Patrono/Procurador: Não há

Licitação – Tomada de Preços nº 005/2013. Julga-se Regular. Determina-se o arquivamento do processo.

ACÓRDÃO AC1 – TC – nº 1269/2014

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Processo TC nº 10.832/13, referente ao procedimento licitatório nº 005/2013, na modalidade Tomada de Preços, realizado pela Prefeitura Municipal de Barra de Santa Rosa, objetivando a prestação de serviços de assessoria administrativa, atuariais e financeira e aplicação de recursos para atender as necessidades do Fundo de Aposentadorias e Pensões do Município, acordam os Conselheiros integrantes da 1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório, do parecer do Ministério Público e da proposta de decisão do Relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em:

- 1) JULGAR REGULAR a Licitação de que se trata;
- 2) **DETERMINAR** o arquivamento dos autos.

Presente ao Julgamento o representante do Ministério Público.

TC – Sala das Sessões da 1ª Câmara - Plenário Adailton Coelho Costa

João Pessoa, 03 de abril de 2014.

Cons. Arthur Paredes Cunha Lima
PRESIDENTE

Antônio Gomes Vieira Filho **AUDITOR RELATOR**

Fui presente

REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO